



# **A TERRITORIALIZAÇÃO DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS E ORGÂNICAS EM FORTALEZA- CEARÁ**

*THE TERRITORIALIZATION OF AGROECOLOGICAL AND ORGANIC FAIRS IN  
FORTALEZA-CEARÁ*

*LA TERRITORIALIZACIÓN DE FERIAS AGROECOLÓGICAS Y ORGÁNICAS EN  
FORTALEZA-CEARÁ*

**Deyfson Mota Araújo (1)**

**Wagner Vinicius Amorim (2)**

**Camila Dutra Dos Santos (3)**

## **Conflitos de interesses, filiação institucional e responsabilidades**

Os autores declaram não haver interesses conflitantes.

Afiliações Institucionais são informadas pelo(s) autor(es) e de inteira responsabilidade do(s) informante(s).

O(s) autor(es) é(são) responsável(is) por todo o conteúdo do artigo, incluindo todo tipo de ilustrações e dados.

Recebido em: jan./2021

Aceito em: jun./2021

(1) Professor de Geografia da educação básica do Estado do Ceará e estudante de Geografia em nível de mestrado na Universidade Estadual do Ceará - UECE, com pesquisa voltada para a Geografia Agrária. [ceariba\\_deyfson@hotmail.com](mailto:ceariba_deyfson@hotmail.com)

(2) Professor Adjunto junto aos Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia e ao Programa de Pós-graduação em Geografia (ProPGeo) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). [wagner.amorin@uece.br](mailto:wagner.amorin@uece.br)

(3) Doutora, Mestre e Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora adjunta e Coordenadora dos Cursos de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) da UECE. [camila.dutra@uece.br](mailto:camila.dutra@uece.br)

**Resumo**

As feiras agroecológicas e orgânicas se territorializam em Fortaleza-CE desde 2010 a partir das diversas experiências de agriculturas ecológicas do litoral ao sertão cearense. A alimentação é um dos elos fundamentais que conecta campo e cidade por ser item essencial à vida. O elevado uso de agrotóxicos na agricultura capitalista impõe aos camponeses a necessidade de demonstrar possibilidades distintas do agronegócio de se produzir alimentos com qualidade e em quantidade. Este trabalho almeja compreender a territorialização dessas feiras e como elas contribuem com a reprodução dos camponeses desde a produção e a comercialização de comida de verdade. O artigo foi desenvolvido a partir de trabalhos em campo, pesquisa bibliográfica e coleta de dados de instituições oficiais e da sociedade civil. Considera-se que as feiras agroecológicas e orgânicas são componentes das lutas e resistências camponesa por reforma agrária e comida de verdade para as populações do campo e da cidade.

**Palavras-chave**

Feiras Agroecológicas e Orgânicas. Território. Camponeses.

**Abstract**

Agroecological and organic fairs have been located in Fortaleza-CE since 2010 based on the various experiences of ecological agriculture from the coast to the hinterland of Ceará. Food is one of the fundamental links that connect countryside and city as it is an essential item to life. The high use of pesticides in capitalist agriculture imposes on peasants the need to demonstrate different possibilities of agribusiness to produce food with quality and quantity. This work aims to understand the territorialization of these fairs and how they contribute to the reproduction of peasants from the production and sale of real food. The article was developed based on fieldwork, bibliographical research and data collection from official institutions and civil society. Agroecological and organic fairs are considered to be components of peasant struggles and resistance for agrarian reform and real food for rural and urban populations.

**Keywords:**

Agroecological and Organic Fairs. Territory. Peasants.

**Resumen**

Las ferias agroecológicas y orgánicas se han ubicado en Fortaleza-CE desde 2010 en base a las diversas experiencias de agricultura ecológica desde la costa hasta el interior de Ceará. La alimentación es uno de los vínculos fundamentales que conecta el campo y la ciudad, ya que es un elemento esencial para la vida. El alto uso de pesticidas en la agricultura capitalista impone a los campesinos la necesidad de demostrar diferentes posibilidades de la agroindustria para producir alimentos con calidad y cantidad. Este trabajo tiene como objetivo comprender la territorialización de estas ferias y cómo contribuyen a la reproducción de los campesinos desde la producción y venta de alimentos reales. El artículo se desarrolló a partir del trabajo de campo, la investigación bibliográfica y la recolección de datos de instituciones oficiales y de la sociedad civil. Las ferias agroecológicas y orgánicas se consideran componentes de las luchas y resistencias campesinas por la reforma agraria y la alimentación real de las poblaciones rurales y urbanas.

**Palabras-clave:**

Ferias Agroecológicas y Orgánicas. Território. Campesinos.

## Introdução

O artigo analisa a territorialização das feiras agroecológicas e orgânicas na cidade de Fortaleza-CE, considerando-as a partir da integração campo-cidade, desde a demanda dos consumidores urbanos por alimentos livres de venenos. Isto contribui para a existência de uma cooperação entre os camponeses, bem como para o fortalecimento da reprodução das famílias camponesas que comercializam nas feiras. Assim, o debate alia a busca por alimentos saudáveis e a contribuição das feiras para a reprodução e luta camponesas.

A cidade de Fortaleza dispõe de seis feiras que se baseiam na produção e comercialização de alimentos saudáveis livres de agrotóxicos. Dessas seis feiras quatro delas se reconhecem como agroecológicas e outras duas como orgânicas. O aumento das feiras agroecológicas e orgânicas em Fortaleza de uma para seis feiras em uma década (2010-2020) indica um processo ainda tímido da presença dessa tipologia de feiras para uma capital com estimativa de 2.686.612 habitantes (IBGE, 2020).

No entanto, pode-se considerar as feiras agroecológicas e orgânicas enquanto movimento de resistência que contribui para a reprodução dos camponeses, incrementando a renda das famílias produtoras, fortalecendo os cultivos de alimentos limpos e afirmando uma contraposição e insubordinação ao agronegócio desde a produção, distribuição e consumo de alimentos.

Questões, relacionadas a aspectos da vida nas cidades, estão diretamente ligadas ao campo como, por exemplo, alimentação (disponibilidade, qualidade, acesso e variedade), saúde humana (alimentos saudáveis ou contaminados por agrotóxicos) e saúde ambiental no campo, pois um ambiente contaminado produzirá alimentos envenenados. É nesse sentido que os camponeses ocupam espaços na cidade como forma de manifestação, de resistência e de denúncia dos males da agricultura capitalista. As feiras agroecológicas e orgânicas tornam-se, assim, um elo entre o campo e a cidade no diálogo sobre os interesses comuns desses dois espaços.

A agroecologia antes vista somente como uma técnica apresenta-se, hoje, para muitos cientistas, camponeses e movimentos sociais como projeto humanitário de proteção à vida que afirma o modo de viver camponês, dos povos originários e das comunidades tradicionais em seus vários aspectos: produtivo, cultural, econômico, social e político.

Na perspectiva agroecológica camponeses, povos originários e comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores, extrativistas, quebradeiras de coco, marisqueiras etc.) não se apresentam como classes a serem superadas e/ou modernizadas, mas sim como sujeitos



capazes de contribuir efetivamente, através do intercâmbio de saberes ancestrais e científicos, com um outro mundo possível, ou como propõe Milton Santos (2006): “O mundo como ele pode ser: uma outra globalização”.

O artigo foi desenvolvido a partir de revisão bibliográfica atinente à questão agrária, agroecologia e feiras; acesso a sites jornalísticos e ao site do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), aliando os dados e as informações obtidas com resultados de trabalhos realizados em campo nas feiras de Fortaleza.

Realizou-se trabalhos em campo, a partir da perspectiva proposta por Paulo Freire (1983) de promover a comunicação e o diálogo com os sujeitos envolvidos nas ações da pesquisa, não os encarando como meros receptores, mas sim como sujeitos construtores da história e do conhecimento. O trabalho em campo é essencial na pesquisa de cunho social qualitativa, pois “[...] se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo” (NETO, 1994, p. 51). Utilizou-se da observação participante nos trabalhos em campo para uma aproximação com as feiras estudadas entendendo que essa técnica:

[...] se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo pode modificar e ser modificado pelo contexto (NETO, 1994, p. 59).

Compreende-se que o pesquisador é parte da realidade social não tendo como fugir dessa condição e é a partir dos trabalhos em campo que a aproximação, com o que se investiga, condiciona os caminhos da pesquisa. Foi fundamental estabelecer a comunicação com os feirantes com um caráter mais de conversa na busca de elementos que qualificassem a pesquisa.

É essencial admitir a participação e contribuição dos camponeses feirantes agroecológicos e orgânicos na construção da pesquisa da qual deriva esse artigo, haja vista que na ciência não há imparcialidade, neutralidade. A posição política aqui assumida é de apoio aos camponeses e ao que Ana Primavesi (1997) chama de agricultura ecológica.

## **A urgência agroecológica**

O Brasil é reconhecido internacionalmente como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, sendo 2.149 o número de agrotóxicos registrados no país e entre esses 715 foram



classificados como extremamente tóxicos e 309 como altamente tóxicos (CAETANO, 2019), inclusive, utilizando insumos que são proibidos em países da União Europeia.

Apenas em 2019, foram aprovados registros de 474 agrotóxicos (OLIVEIRA; TOOGE, 2019), sendo o maior volume de registros no país dando prosseguimento ao avanço do agronegócio desde o Agrogolpe (WELCH, 2018) de 2016 que provocou o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Os dados apresentados são preocupantes e demonstram a urgência de formas alternativas, de cultivos de alimentos, ao modelo da produção capitalista. E dentre essas formas (agricultura biodinâmica, agricultura biológica, permacultura, agricultura natural, agricultura orgânica) encontra-se a agroecologia (AZEVEDO, 2012).

As diversas formas de realizar agriculturas de cunho ecológico mais se aproximam entre si do que se distanciam, não havendo, nesse sentido, uma maneira melhor que outra, mas sim, distintos formatos de se produzir ecologicamente a partir das características locais e afinidades dos camponeses com os métodos disponíveis e conhecidos. A agroecologia:

[...] surge como um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura. A Agroecologia convoca a um diálogo de saberes e intercâmbio de experiências; a uma hibridação de ciências e técnicas, para potencializar as capacidades dos agricultores; a uma interdisciplinaridade, para articular os conhecimentos ecológicos e antropológicos, econômicos e tecnológicos, que confluem na dinâmica dos agroecossistemas (LEFF, 2002, p. 42).

Contrapondo-se ao modelo do agronegócio a agroecologia propõe um modo de fazer agricultura respeitando os ciclos ecológicos, assim como a biodiversidade e a diversidade cultural. Os territórios que dialogam, transitam e constroem-se com a agroecologia são compreendidos nas suas dimensões tanto material/concreta (território material) quanto simbólica/imaterial (território imaterial) (FERNANDES, 2009; SAQUET, 2014; HAESBAERT, 2014; PORTO-GONÇALVES, 2018), observando-se o princípio, proposto pela agroecologia, de comunicação e convergência entre os saberes múltiplos dos camponeses e da Ciência.

Assim, o território é entendido a partir das dimensões (material e imaterial) indissociáveis e imbricadas na produção da existência dos camponeses e povos tradicionais. Um olhar sobre o território, restrito a uma dessas dimensões, é um olhar que fraciona o território, que divide algo essencialmente indivisível, tornando-o incompleto.

Portanto, os camponeses não lutam apenas por terra, mas sim por território (FERNANDES, 2005), o qual se configura para além da materialidade da terra, incorporando



também os aspectos simbólicos/imateriais como a “agri+cultura” salientada por Porto-Gonçalves (2018). Não há, segundo Porto-Gonçalves (2018), como existir “agri+cultura” sem pessoas, pois são estas que concebem a cultura.

No agronegócio, o avanço da tecnologia e da mecanização na produção diminui, cada vez mais, a participação dos camponeses nos trabalhos nas lavouras e na criação de animais. O Censo Agropecuário de 2017 revelou a perda de 1,5 milhão de postos de trabalhos na agropecuária brasileira (IBGE, 2019). No entanto, as agriculturas ecológicas não devem ser pensadas como negações dos avanços da ciência, mas sim como um retorno, uma reaproximação (ou mesmo continuação no caso dos povos originários, tradicionais e camponeses) ao elo perdido entre os seres humanos e a natureza. O uso das máquinas inclusive pode diminuir o esforço físico humano em trabalhos exaustivos como, por exemplo, o corte e a colheita da cana-de-açúcar manuais. Parcelas dos camponeses têm, por exemplo, acesso às tecnologias sociais adaptadas às condições de cada local. No semiárido brasileiro:

Sob o paradigma da *convivência com o semiárido*, em contraposição ao *combate às secas* – em cujo marco das ações estatais alimentaram a concentração de terra, água, renda e poder – os camponeses, movimentos, organizações e instituições parceiras buscam o estabelecimento de experiências produtivas sustentáveis e condizentes com os biomas e suas populações tradicionais (GUEDES, 2018, p. 91).

Na convivência com o semiárido, as tecnologias sociais de baixo custo são as mais praticadas nos territórios, pois são viáveis, podendo ser difundidas de camponês a camponês. São cisternas para o armazenamento de águas das chuvas, biodigestores para substituição do gás de cozinha (e a não queima da vegetação), reutilização das águas, cata-ventos, saneamento ecológico, casas de sementes, apiários, meliponários, hortas mandalas etc. Para a agroecologia, as duas dimensões (material e imaterial) do território caminham juntas, todavia, para demonstrar o caráter efetivo de uma produção de alimentos diferenciada, é essencial que o uso do território material dê visibilidade a um outro modo de agricultura, oposto à capitalista, e que as tecnologias sociais contribuam significativamente para isso.

Para os movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005), lutar por permanência e acesso ao território é fundamental para que a sociedade reconheça seus modos de vida e sua forma de produzir alimentos em quantidade e qualidade, sendo, portanto, o aspecto da produção do território material imprescindível.

Em função das mais variadas formas de expropriação e violências aos camponeses, inclusive praticadas e endossadas pelo Estado (MARTINS, 1980), aliadas à desconfiança



propagada pelas mídias burguesas com relação aos movimentos de luta por territórios, tornam-se fundamentais as estratégias dos camponeses demonstrarem as suas capacidades produtivas.

A agroecologia, diferentemente do agronegócio, que contamina e degrada a natureza (água, ar, solo, lençol freático, alimentos, pessoas), propõe a criação conjunta dos seres humanos com a natureza de agroecossistemas a partir da observação, reprodução e incremento dos ciclos ecológicos (ALTIERE, 2012; PRIMAVESI, 1997).

É importante lembrar que a agricultura surgiu há aproximadamente 10.000 anos no neolítico promovendo a transição dos seres humanos de nômades ao sedentarismo (MAZOYER e ROUDART, 2010; MACHADO e MACHADO FILHO, 2014) e que, durante a maior parte da história humana, a produção de alimentos não foi industrializada, sendo a efetivação da revolução industrial inglesa um marco para o avanço do capitalismo no campo (KAUTSKY, 1968). Portanto, a agricultura, o modo de vida e a produção camponesas precedem o agronegócio, deixando perceptível o potencial de resistência e permanência de uma agricultura vinculada aos ciclos da natureza.

O agronegócio brasileiro carrega a herança colonial de produzir para exportar, a partir do latifúndio, da monocultura e, em vários casos, da exploração de trabalhadores em regime análogo ao de escravidão, afirmando a permanência da colonialidade que o Norte global impôs aos países do Sul (colônias/subdesenvolvidos) (PORTO-GONÇALVES, 2018).

O continente europeu, inclusive proíbe a comercialização e o uso de agrotóxicos em seus territórios, mas os produzem e os vendem para os países do Sul global, ou seja, é a permanência da imposição de políticas externas aos territórios, sempre saqueados, que deixam para os países do Sul os rejeitos e levam-se os proveitos para o Norte (Canadá, EUA e Europa) (PORTO-GONÇALVES, 2018). Há, assim, no Brasil, uma inversão que sobrepõe as exportações e os interesses externos às necessidades da população no tocante à produção de alimentos e à soberania alimentar.

A soberania alimentar vai além do conceito de segurança alimentar, apontando que os países, povos e comunidades devem ter autonomia, a partir da luta e direito à terra, para decidir como, o quê e em que escala plantar alimentos de acordo com as características físicas-geográficas e culturais locais (DESMARAIS, 2013; STÉDILE e CARVALHO, 2012; MCMICHAEL, 2016). O conceito de segurança alimentar está relacionado ao princípio de que todos seres humanos têm direito à alimentação, não discutindo o processo produtivo, o acesso e permanência nos territórios para produzir, assim como a qualidade dos alimentos (STÉDILE e CARVALHO, 2012).



A produção agroecológica, entre outras características, prima pela produtividade diversa para a continuidade e restauração da biodiversidade que sofre um processo intenso de erosão (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014), apontado por Marques Filho (2018) como um colapso que atinge desde o nível de genes e genomas a o nível de biomas. Para Marques Filho (2018; p. 383) “a noção de colapso deve, pela primeira vez, ser empregada no presente, pois colapso é o único termo capaz de descrever o que ocorre hoje com a biodiversidade”. As atividades extrativistas (mineração, madeira, água etc.) que exacerbam a retirada dos bens naturais para transformá-los em mercadoria, juntamente com a produção do agronegócio, são por certo as grandes ações de erosão e colapso da biodiversidade.

Há uma tendência à homogeneização da vida imposta pelo mercado capitalista que vai, desde o comportamento humano (como, por exemplo, o modo de se vestir), à disponibilidade de poucas variedades de alimentos. A prática da monocultura vem determinando a diminuição das variedades de alimentos de acordo com as exigências dos mercados.

Os povos pré-históricos alimentavam-se com mais de 1500 espécies de plantas, e pelo menos 500 espécies de variedades têm sido cultivadas ao longo da história. Há 150 anos, a humanidade alimentava-se com o produto de 3000 espécies vegetais que, em 90% dos países, eram consumidas localmente. Hoje, 15 espécies respondem por 90% dos alimentos vegetais e quatro culturas – trigo, arroz, milho e soja – respondem por 70% da produção e do consumo. Tende-se, pois, a uma perigosa monocultura e, como se sabe, a homogeneidade tende à morte, já que a heterogeneidade é o estado dinâmico, vital. Assim, a biodiversidade é a forma de assegurar o indispensável estado dinâmico da heterogeneidade da natureza, visto que a homogeneização produzida pelos procedimentos da “revolução verde” e das chamadas exigências de mercado paralisam os processos vitais, intrinsecamente dinâmicos e dialéticos (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 58 e 59).

Com a industrialização dos alimentos e o uso de tantos “*cidas*” (do latim *cadere*, **matar** ou **abater**. **Herbicida**; **pesticida**; **inseticida** – produtos feitos para matar (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 89)) na produção a ameaça à biodiversidade está posta e avança, significativamente, em todos os continentes. As ideias da “revolução verde” colonizaram mentes, inibindo a visualização de formas saudáveis de produção e alimentação sem o uso dos “*cidas*”.

Grave é a dispersão dos “*cidas*” pela natureza, ciclos de vida e cadeia alimentar. Traz tristeza imaginar uma mãe alimentando seu bebê com leite materno envenenado por agrotóxicos (COLUCCI, 2015), comunidades, como os povos originários Guaranis Kaiowás no Mato Grosso do Sul, sendo atacadas com a pulverização aérea de “*cidas*” (GRIGORI, 2020) e pessoas





nas cidades (muitas vezes sem perceber a gravidade) comendo alimentos (tanto *in natura* quanto industrializados) “recheados” com “*cidas*”.

Absurdo é que ainda se discuta níveis toleráveis de agrotóxicos nos alimentos e nas águas, isso é uma decisão de como envenenar a sociedade se em pequenas ou grandes doses mortíferas. Se são venenos não devem ser ingeridos. Segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) “Um terço dos alimentos consumidos pelos brasileiros está contaminado por agrotóxicos” (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 95).

É importante lembrar que não existe uso seguro de agrotóxicos, sendo este um mito do agronegócio, parte da retórica de ocultação dos impactos. Não existe garantia de que os níveis permitidos legalmente para o uso dos venenos protejam a saúde dos humanos e do ambiente (ALMEIDA *et al.*, 2018).

A urgência das agroecologias configura a necessidade de superação do agronegócio, que degrada a natureza e seres humanos, para produzir alimentos contaminados por agrotóxicos, e a transição de práticas predadoras para agriculturas ecológicas.

## **Feiras Agroecológicas e Orgânicas em Fortaleza-CE**

As feiras são formas espaciais de comercialização e integração comunitária muito antigas e estiveram e estão presentes em todos os continentes do globo terrestre (MADEIRA e VELOSO, 2007; LUCENA e GERMANO, 2016; GONÇALVES, 2019). As feiras caracterizam-se por suas diversidades de produtos e de sujeitos que as compõem e revelam, apesar de hoje existirem feiras voltadas para grandes negócios capitalistas, o caráter popular tanto nos produtos quanto nas relações entre feirantes e consumidores.

Estudos antropológicos têm evidenciado que, para além da compra e venda de produtos, as feiras são lugares no sentido pleno da palavra, isto é, espaços significativos em que ocorrem múltiplos e intensos fluxos de comunicação – de pessoas e de bens – e onde se forjam vínculos sociais (MADEIRA e VELOSO, 2007, p. 19).

Segundo alguns autores as feiras têm relação direta com o surgimento de algumas cidades fazendo com que o questionamento de quem surgiu primeiro, se as cidades ou as feiras, seja levantado (HUBERMAN, 1981; MADEIRA e VELOSO, 2007; LUCENA e GERMANO 2016; GONÇALVES, 2019). As conhecidas feiras livres são caracterizadas por apresentarem uma infinidade de mercadorias que vão de alimentos (incluindo, hoje, alimentos



industrializados) a utensílios domésticos e estão presentes em todo o território nacional em maior quantidade do que as feiras orgânicas e agroecológicas.

As feiras orgânicas e agroecológicas multiplicam-se pelo Brasil, tendo em vista a busca por alimentos saudáveis livres de agrotóxicos, bem como a transição agroecológica que vem sendo incorporada pelas famílias camponesas. Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor no Brasil existem 890 iniciativas entre feiras agroecológicas e orgânicas distribuídas entre as cinco regiões do país.

**Quadro 01: Número de feiras agroecológicas e orgânicas no Brasil por região segundo o IDEC**

Norte	39
Nordeste	215
Centro Oeste	60
Sudeste	287
Sul	216
<b>Total</b>	<b>817</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, adaptado pelo autor, 2020.

A região Nordeste, a nível nacional, tem uma expressiva quantidade de feiras agroecológicas e orgânicas, dispendo de 215 dessas feiras do Brasil (26,3%), aproximando-se, em número de feiras, da região Sul que possui 216 feiras (26,4%). O número significativo de feiras agroecológicas e orgânicas nas Regiões Sudeste, Sul e Nordeste indica o fortalecimento dos movimentos sociais do campo e da cidade na luta por terra, território e comida de verdade produzida de maneira agroecológica.

Para o Nordeste, que concentra a maior quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar camponesa do Brasil com 45,9% do total do país em cerca de 1,8 milhão de estabelecimentos agropecuários (OBSERVATÓRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO CEARÁ, 2019) é muito relevante que essas feiras continuem sendo realizadas e motivem o surgimento de novas feiras. Cada feira agroecológica e orgânica que se efetiva é reflexo do progresso das agriculturas ecológicas, cada vez mais fundamentais para a saúde do planeta e dos seres humanos.

A região Sudeste é a que concentra o maior número de feiras agroecológicas e orgânicas do país com 278 (35,3%) feiras, o que pode significar um processo mais avançado de efetivação da agroecologia nos territórios produtivos camponeses dessa região. Todavia, não são todos os



camponeses dos estabelecimentos agropecuários das regiões brasileiras, dedicados às agriculturas agroecológica e orgânica, que participam de feiras.

Mesmo que as regiões Norte e Centro Oeste do país não disponham de tantas feiras agroecológicas e orgânicas como as outras regiões, não quer dizer que as agriculturas ecológicas são menos praticadas nessas, pois não se deve esquecer que os povos originários, tradicionais e camponeses em geral, ocupantes de porções de terras na Amazônia, Pantanal e Cerrado brasileiros, estão mais próximos das práticas das agriculturas ecológicas do que da agricultura capitalista destrutiva.

Observada a extensão territorial do país pode-se considerar esse número ainda pouco expressivo, no entanto, as feiras desempenham um papel importante para o debate da questão agrária nacional, conduzindo a reflexões sobre o acesso e permanência dos camponeses nos territórios para a produção de vida e de alimentos livres de venenos.

É importante observar que a integração e a complementariedade, existentes entre o campo e a cidade, tornam a questão agrária essencial para se pensar os processos que se dão no campo e que têm influência significativa na cidade, e vice-versa. Um dos aspectos fundamentais que conecta o campo e a cidade é a produção e o consumo de alimentos. A reflexão sobre os sistemas agroalimentares revela os impasses da questão agrária de um projeto científico-racionalista de expansão do capitalismo no campo que é o agronegócio.

Uma das formas de expor os embates da questão agrária no país é a expansão da escala territorial dos camponeses dos movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005) por meio de sua territorialização na cidade. Dessa forma, movimentos socioterritoriais, camponeses, camponesas, quilombolas, povos originários, crianças, jovens e adultos ocupam também a cidade, nas universidades, sindicatos, centros de formação, armazéns do campo, partidos políticos, promovendo um diálogo e aproximando os interesses afins dos movimentos do campo e da cidade.

Até mesmo movimentos sociais de base rural se urbanizam, como o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, que busca organizar populações desempregadas nas periferias urbanas para fazer acampamentos e assentamentos em luta por reforma agrária. Há, assim, uma urbanização da questão agrária, assim como o modelo agrário-agrícola se urbaniza por meio do alimento nosso de cada dia que pode nos trazer o efeito vaca louca ou outros efeitos transgenicamente induzidos (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 190).

Não há uma ruptura, um fosso entre campo e cidade e sim um universo complexo de estabelecimento de relações múltiplas, contraditórias e permanentes que perpassa desde decisões (financiamentos, desapropriações, implementação de assentamentos, legislações)



sobre o campo, tomadas na cidade (centro administrativo do Estado), aos alimentos que chegam saudáveis ou envenenados aos consumidores. Observa-se o poder de atração dos centros urbanos agindo como imãs nos processos de decisão das políticas sociais (ROLNIK, 1995).

Assim como os armazéns do campo organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (Recife, Porto Alegre, São Paulo, São Luís, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Caruaru) (BARBOSA, 2019), as feiras agroecológicas e orgânicas são realizadas, por camponeses e instituições diversas, em algumas cidades do país.

As feiras agroecológicas, para além da importante comercialização da produção camponesa de alimentos livres de venenos, oferecem aos consumidores citadinos reflexões sobre a reforma agrária, as condições da produção camponesa, o acesso à alimentação saudável, o direito a um ambiente saudável e a integração entre o campo e a cidade via alimentação.

A feira, além de viabilizar a comercialização direta daquilo que os/as camponeses/as produzem, evitando a figura dos atravessadores, é um espaço rico de comunicação da nova forma de produzir e de se relacionar com a natureza que eles/as representam (LUCENA e SAMPAIO, 2014, p.272).

Rompendo com os atravessadores, os camponeses além de ampliarem a renda familiar passam a desenvolver uma relação direta com os consumidores, sendo não apenas a efetividade do consumo o fator de conexão/integração entre o campo e a cidade, mas sim uma junção de interconexões que englobam também a solidariedade e a empatia. Assim, consumir os produtos das feiras agroecológicas é tomar uma decisão política que opta pelo bem-estar da vida e dos ambientes.

A feira é um espaço social, cultural e educativo que propicia o desenvolvimento de relações entre consumidores e produtores ecológicos. A feira traz diversidade, resgata valores, crenças e possibilita a troca de informações sobre alimentação, saúde e qualidade de vida (DAROLT, 2012, p. 91).

Em 2010, Fortaleza contava apenas com a Feira Agroecológica do Benfica que existe há uma década e foi pensada a partir de consumidores da cidade junto aos camponeses do município de Capistrano-CE (PINHEIRO, 2014). Hoje a cidade dispõe de seis feiras que se reconhecem como feiras orgânicas ou agroecológicas (culturais e solidárias): Feira Agroecológica do Benfica, Feira da Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica (ADAO), Feira no Parque Orgânicos, Feira Agroecológica e Solidária do Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria do Trabalhador (CETRA), Feira Cultural e Agroecológica da Reforma Agrária (MST-CE) e Feira Caroa.



Os camponeses que são feirantes dessas feiras podem ser considerados, na sua maioria produtores agroecológicos e orgânicos, por serem produtores que trabalham em família e tiveram acesso aos processos formativos em agroecologia, seja nos movimentos sociais ou em organizações que trabalham com assistência técnica e extensão rural.

No Brasil, legalmente, há três sistemas de controle de produtos orgânicos: Certificação por Auditoria, Sistema Participativo de Garantia e Controle Social na Venda Direta (ARAÚJO, LIMA e MANCAMBIRA, 2015). O processo de certificação por auditoria não é viável economicamente para os pequenos produtores que teriam que desembolsar uma quantia significativa de dinheiro para serem certificados. Em Fortaleza duas feiras comercializam alimentos orgânicos certificados, as outras trabalham com a venda de alimentos agroecológicos a partir do controle social dos próprios feirantes e consumidores. No caso do MST que organiza a Feira Cultural e Agroecológica da Reforma Agrária a produção agroecológica é uma política do movimento.

As feiras agroecológicas estão inseridas em um contexto de luta dos camponeses por condições dignas de existência que tem no direito ao acesso e permanência ao território um dos aspectos primordiais para a produção agroecológica, pois sem a terra não se faz agroecologia. Desse modo, essas feiras fazem um contraponto ao modelo do agronegócio, pautando uma produção de alimentos calcada na pequena propriedade, no policultivo, na erradicação do uso de agrotóxicos e nas relações solidárias para que a população tenha acesso a uma alimentação de qualidade, diversificada e a preços justos.

É importante esclarecer que se pode produzir orgânicos na perspectiva do agronegócio com monocultura em latifúndios, entretanto a proposta da agroecologia é a produção diversificada que reproduza os ciclos naturais elevando o equilíbrio dos agroecossistemas com a biodiversidade.

Nesse sentido, pode-se afirmar que toda produção agroecológica é orgânica, mas nem toda produção orgânica é agroecológica. A agroecologia vai além da produção, pois valoriza questões sociais, culturais, políticas e econômicas que influenciam os regimes agroalimentares, colocando a questão da saúde ambiental como primordial para a saúde humana, tratando-se, assim, de saúde pública.

Questiona-se muito o valor dos produtos orgânicos agroecológicos, porém, à medida em que a produção agroecológica é ampliada, os preços tendem a baixar e os produtos serem acessíveis à população. Ao quantificar-se os gastos com as enfermidades, provocadas por alimentos envenenados, se perceberá que os alimentos oriundos da produção do agronegócio impõem, para toda sociedade, custos muito elevados para sua perpetuação.

Todavia, entende-se que esses alimentos limpos não estão ainda acessíveis à maior parcela da população, nem nos grandes hipermercados e nem nas feiras. Em Fortaleza as feiras orgânicas e agroecológicas estão presentes nos bairros que apresentam os maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

**Quadro 2: Índice de Desenvolvimento Humano nos bairros onde ocorrem as feiras agroecológicas e orgânicas em Fortaleza-CE**

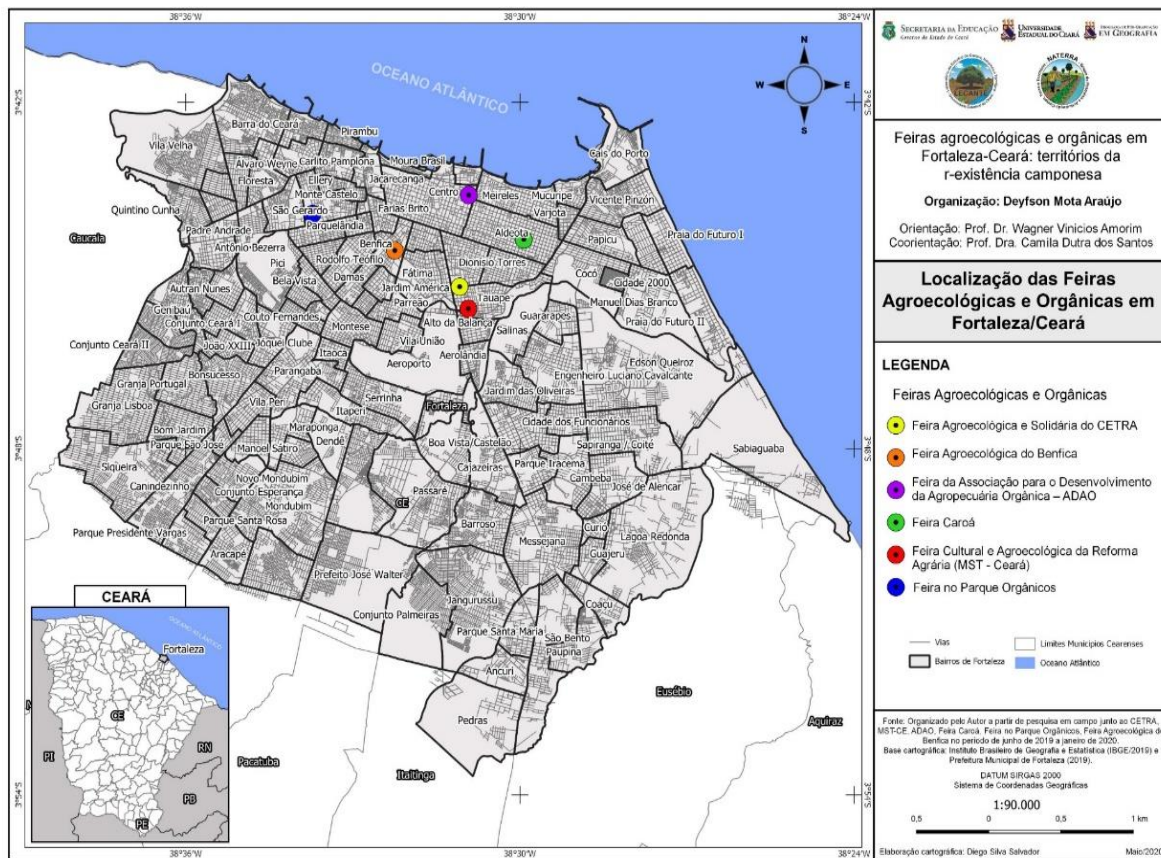
Feira	Bairro	Regional	IDH
Feira Cultural e Agroecológica da Reforma Agrária – MST	São João do Tauape	II	0,492
Feira Agroecológica e Solidária – CETRA	São João do Tauape	II	0,492
Feira da Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica – ADAO	Centro	Secretaria Regional do Centro – Secefor	0,557
Feira no Parque Orgânicos	São Gerardo	I	0,594
Feira Agroecológica do Benfica	Benfica	IV	0,629
Feira Agroecológica Caroá	Aldeota	II	0,867

Fonte: Anuário do Ceará 2020, adaptado pelo autor.

A exceção que se pode colocar a este quadro é a mobilidade da Feira Cultural e Agroecológica da Reforma Agrária que se realiza dentro de universidades públicas nos bairros Itaperi (IDH = 0,368) na Universidade Estadual do Ceará – UECE e Pici (IDH = 0,219) na Universidade Federal do Ceará - UFC. Há ainda a realização dessa feira no bairro de Fátima (IDH = 0,695), também na UECE, mas que apresenta o IDH elevado.

No entanto, não se pode deixar de reafirmar que, no Brasil, as universidades públicas são territórios restritos e privilegiados que inclusive selecionam os mais “aptos” a terem acesso a elas, ainda que nos últimos anos a classe trabalhadora e seus filhos tenham conseguido, não só, mas também, através das políticas públicas de ações afirmativas para os mais pobres, ingressa-las. A seguir exibe-se o mapa de localização das feiras agroecológicas e orgânicas de Fortaleza onde é possível visualizar a concentração dessas feiras em áreas centrais da cidade.

**Figura 01 – Localização das Feiras Agroecológicas e Orgânicas em Fortaleza/Ceará**



Fonte: Organizado pelo autor a partir de pesquisa em campo junto ao CETRA, MST-CE, ADAO, Feira Caroá, Feira no Parque Orgânicos, Feira Agroecológica do Benfica no período de maio de 2019 a janeiro de 2020.

Verifica-se que nas periferias da cidade não há a territorialização de feiras agroecológicas e orgânicas, sendo as feiras livres um dos principais meios de comercialização e consumo das classes empobrecidas. Para Milton Santos (2018), as feiras estão inseridas no circuito inferior da economia urbana onde, mesmo que as classes privilegiadas as acessem, são famílias de baixa renda que dependem desse comércio.

Percebe-se que um dos grandes desafios é encontrar maneiras de popularizar essas feiras, para que possam oferecer alimentos de qualidade a preços justos nos bairros mais pobres de Fortaleza. Deve-se entender, dialeticamente, a estratégia dos camponeses de realizarem as feiras nos bairros onde podem vender melhor sua produção. Para os feirantes não pode permanecer a ideia de que os camponeses devem ser paupérrimos, perpetuando a miséria, pois todos merecem condições dignas de existência. É importante pensar o preço justo na perspectiva dos produtores e não apenas para alimentar os trabalhadores explorados e mal remunerados das cidades, pois se o alimento está muito barato é ótimo para os consumidores, porém será que o é para os camponeses?



Para Singer (2008), é importante a criação de feiras agroecológicas como alternativa às grandes redes varejistas, com vistas a popularizar a produção e o consumo de alimentos orgânicos, além de fortalecer o contato pessoal do consumidor com o produtor e representar um espaço público, socioeconômico e cultural extremamente dinâmico e diversificado sob o ponto de vista do consumidor (DAROLT, 2012, p. 91).

Desse modo, as feiras orgânicas e agroecológicas, a partir da prática de preços justos e solidariedade, devem ser pensadas tanto do ponto de vista dos consumidores quanto dos camponeses produtores, entendendo que a relação firmada traga benefícios a ambos e mobilize a sociedade a questionar qual o alimento se quer comer.

## **Considerações Finais**

A agroecologia insubordina-se perante a imposição capitalista do agronegócio e caminha na contramão do processo de apropriação e exploração exacerbada dos bens naturais propondo um caminhar junto à natureza e não contra ela.

As agriculturas ecológicas propõem a convergência entre os saberes ancestrais e os conhecimentos científicos construídos pela humanidade, entendendo que as experiências e os conhecimentos empíricos praticados pelas populações tradicionais são fundamentais, pois proporcionaram e proporcionam a permanência dessas comunidades que resistem aos processos de destruição criativa do capitalismo.

Entende-se que o conhecimento desenvolvido pela racionalidade científica ocidental é limitado para a compreensão da complexa realidade social, tendo em vista que muito da produção científica enxerga a natureza apenas como recursos a serem explorados para a geração de lucros.

As feiras agroecológicas e orgânicas trazem, à cidade, a visibilidade das questões sociais, culturais, políticas e econômicas que envolvem a produção dos alimentos e, com o avanço do capitalismo no campo, torna-se necessária uma reforma agrária que supere os limites da simplória distribuição de terras degradadas aos produtores. Isso faz com que os consumidores das cidades que desejam alimentos saudáveis questionem o processo produtivo do agronegócio.

Portanto, para se discutir o processo de produção agroecológica é imprescindível tratar de reforma agrária e políticas públicas para a permanência dos camponeses em seus territórios, pois sem-terra e sem território não há como se fazer agroecologia.





Uma parcela dos habitantes da cidade, mesmo que com poucas feiras orgânicas e agroecológicas disponíveis, tem a oportunidade de entrar em contato direto com os camponeses, conhecendo a origem dos alimentos e entendendo como se dá o modo de produção camponesa baseado na agroecológica. O contato entre camponeses e consumidores provoca, também, a reflexão e o processo educativo sobre temas relacionados à questão agrária como terra, território e comida de verdade.

A Feira Cultural e Agroecológica da Reforma Agrária de Fortaleza, por exemplo, ao promover em todas as suas edições debates sobre questões políticas, sociais, econômicas e culturais colabora com a troca de saberes, fortalecendo o processo educativo sobre os temas que estão ligados ao universo camponês e que impacta os habitantes da cidade.

Um dos grandes entraves é a democratização do acesso aos alimentos livres de venenos que em grande parte estão disponíveis a uma pequena porcentagem da população, revelando o caráter desigual do discurso do mercado verde que se apropria de qualquer fatia de comercialização para dar sequência na concentração de lucros aviltantes. É fundamental que os camponeses feirantes estejam atentos ao processo que define os alimentos livres de venenos como um nicho especial de mercadoria para as classes mais abastadas, negando alimentos de qualidade à classe trabalhadora.

## Referências

ALMEIDA, Klinger Vinícius de; BORGES, Larissa Lorrane Rodrigues, CARELI, Roberta Torres; GUEDES, Francis V. N. L.; GUIMARÃES, Alécia Daila Barros; MARTINS, Márcia. **Agrotóxicos em nossos alimentos**. In: Agroecologia no semiárido: contribuições ao debate a partir do norte de Minas Gerais. Organização: Márcia Martins, Francis V. N. L. Guedes, Filipe Russo Maciel. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2018. P. 121-152.

ALTIERE, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CEARÁ 2020/2021. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em <<http://www.anuariodoceara.com.br/indice-bairros-fortaleza/>> Acesso em 14/08/2020.

ARAÚJO, Tarcisio Patricio de / LIMA, Roberto Alves de / MACAMBIRA, Júnior. **Feiras agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

AZEVEDO, Elaine de. **Alimentos orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social**. São Paulo: Editora Senac, 2012.

BARBOSA, Marcos. Armazém do Campo de Caruaru será inaugurado nesta terça-feira (17). **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Disponível em



<<https://mst.org.br/2019/12/17/armazem-do-campo-de-caruaru-sera-inaugurado-nesta-terca-feira-17/>>  
Acesso em 17/01/2020.

CAETANO, Bruna. Desde o golpe contra Dilma, 1,2 mil novos agrotóxicos foram liberados no Brasil. **Brasil de Fato**. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/03/desde-o-golpe-contra-dilma-12-mil-novos-agrotoxicos-foram-liberados-no-brasil/>> Acesso em: 03/07/2019.

COLUCCI, Cláudia. Resíduos de agrotóxicos estão presentes até no leite materno. **ABRASCO**, 14 de abr. 2015. Disponível em <[DAROLT, Moacir Roberto. \*\*Conexão ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores\*\*. \[colaboração de Hadrien Constanty\]. Londrina: IAPAR, 2012.](https://www.abrasco.org.br/site/noticias/movimentos-sociais/residuos-de-agrotoxicos-estao-presentes-ate-no-leite-materno/10078/#:~:text=Uma%20consequ%C3%Aancia%20cruel%20do%20alto,pode%20conter%20res%C3%ADduos%20de%20agrot%C3%B3xicos.> https://www.abrasco.org.br/site/noticias/movimentos-sociais/residuos-de-agrotoxicos-estao-presentes-ate-no-leite-materno/10078/#:~:text=Uma%20consequ%C3%Aancia%20cruel%20do%20alto,pode%20conter%20res%C3%ADduos%20de%20agrot%C3%B3xicos.></a>> Acesso em 23/09/2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

DESMARAIS, Anette Aurélie. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013. (Vozes do campo)

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Revista NERA número 6, 2005. p. 24-34.

\_\_\_\_\_. **Sobre a tipologia de territórios**. In: Saquet, Marcos Aurélio. Sposito, Eliseu Savério (Orgs.) **Territórios e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GONÇALVES, Luiz Antonio Araújo. **A metamorfose da feira nordestina: a inserção da Confecção popular**. São Paulo: Blucher / Edições UVA, 2019.

GRIGORI, Pedro. Indígenas vítimas de “chuva de agrotóxico” recebem indenização de R\$ 150 mil. **Brasil de Fato**, 23 de jan. 2020. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/23/indigenas-vitimas-de-chuva-de-agrotoxico-recebem-indenizacao-de-rdollar-150-mil>> Acesso em 23/09/2020.

GUEDES, Francis V. N. L. **Cooperação para o desenvolvimento da agricultura camponesa do semiárido**. In: Agroecologia no semiárido: contribuições ao debate a partir do norte de Minas Gerais. Organização: Márcia Martins, Francis V. N. L. Guedes, Filipe Russo Maciel. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2018. P. 89-120.

HASBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. Zahar Editores, 1981.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/fortaleza.html?>> Acesso em 29/01/2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Com aumento da mecanização, agropecuária perde 1,5 milhão de trabalhadores. **IBGE Notícias**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25791-com-aumento-da-mecanizacao-agropecuaria-perde-1-5-milhao-de-trabalhadores>> Acesso em 29/01/2020.

IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Mapa de Feiras Orgânicas, Estatísticas**. Disponível em <<https://feirasorganicas.org.br/>> Acessado em: 07/08/2020.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Gráfica Editora Laemmert S. A. Rio de Janeiro, 1968.



- LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan. – mar. 2002. Acesso em 23/05/2019.
- LUCENA, Thiago Isaias Nóbrega de / GERMANO, José Willington. **Feiras livres: cidades de um só dia, aprendizados para uma vida inteira**. [Recurso eletrônico]. Natal: EDUFRN, 2016.
- LUCENA, Milene Madeiro de / SAMPAIO, José Levi Furtado. **Experiência camponesa no Cariri: comunicação e agroecologia na construção de pequenos territórios de esperança**. In: SAMPAIO, José Levi Furtado ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; SILVA, Cícero Nilton Moreira da; VASCONCELOS, Francisca Maria Teixeira [organizadores]. **Espaços, natureza e resistências camponesas no Nordeste**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 245-286.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro / MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da agroecologia**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MADEIRA, Angélica; VELOSO, Mariza. **A cidade e suas feiras: um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília**. Brasília, DF: IPHAN / 15ª Superintendência Regional, 2007.
- MARQUES FILHO, Luiz César. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3ª ed. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2018.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. Ed. Hucitec – São Paulo, 1980.
- MAZOIER, Marcel / ROUDART, Laurence (tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira). **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Ed. UNESP – São Paulo; Brasília, DF: NEAD, 2010.
- MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Unesp e UFRGS, 2016.
- NETO, Cruz. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 51-66.
- OBSERVATÓRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará. **Boletim número 1 do Observatório da Agricultura Familiar do Ceará, dez. 2019**. Disponível em <<https://ceara.dieese.org.br/>> Acesso em 01/04/2020.
- OLIVEIRA, Luciana de; TOOGE, Rikardy Tooge. Número de agrotóxicos registrados em 2019 é o maior da série histórica; 94,5% são genéricos, diz governo. **G1 Agro**. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/12/28/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2019-e-o-maior-da-serie-historica-945percent-sao-genericos-diz-governo.ghtml>> Acesso em: 29/01/2020.
- PINHEIRO, Tomé Braga. **Organização socioespacial da feira agroecológica do Benfica: da produção em Capistrano ao consumo em Fortaleza**. Monografia (Bacharelado em Geografia) Centro de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997.
- ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).



SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. Trad. de Myrna T. Rego Viana. 2ª ed., 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Territorialidades, relações campo-cidade e ruralidades em processos de transformação territorial e autonomia**. In: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-30, jun., 2014. Acesso em 26/05/2019.

STEDILE, João Pedro / CARVALHO, Horacio Martins de. **Soberania Alimentar**. In: Dicionário de Educação do Campo. Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigoto. 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 714-723.

WELCH, Clifford Andrew. **GOVERNAMENTALIDADE: agenda oculta do Agrogolpe de 2016**. In: O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária – vol. 1) Fabiano Coelho, Rodrigo Simão Camacho (Orgs.). – Curitiba: CRV, 2018. P. 107-133.